UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE - UNIVILLE



Curso de Direito Prof. Dr. Leandro Gornicki Nunes univille Direito Penal e Criminologia



ANTIJURIDICIDADE E JUSTIFICAÇÃO

QUESTÃO 01. Com base na legislação vigente, assinale a alternativa CORRETA:

- O excesso culposo de legítima defesa é impunível.
- O uso de arma de fogo para se proteger de injusta agressão perpetrada por meio de arma branca (faca) afasta a legítima defesa, em razão da falta de proporcionalidade e necessidade do meio.
- c) Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, futura, a direito seu ou de outrem.
- d) O consentimento do ofendido é uma causa de justificação
- Considera-se em legítima defesa o agente de segurança pública que repele agressão ou risco de agressão a vítima mantida refém durante a prática de crimes.

QUESTÃO 02. Assinale a alternativa que não corresponde a um requisito para a configuração do estado de necessidade:

- Perigo atual
- Inexistência de alternativa para a evitação do perigo b)
- Inexistência de dever legal de enfrentar o perigo c)
- Sacrifício de bem jurídico de igual valor
- e) Sacrifício de bem jurídico de maior valor

QUESTÃO 03. Com relação à legítima defesa, segundo o disposto no Código Penal, é CORRETO afirmar que:

- a) Um dos requisitos para sua caracterização consiste na exigência de que a repulsa à injusta agressão seja realizada contra direito seu, tendo em vista que se for praticada contra o direito alheio estar-se-á diante de estado de necessidade
- b) Considera-se em legítima defesa aquele que pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.
- c) A legítima defesa não resta caracterizada se for praticada contra uma agressão justa, ainda que observados os demais requisitos para sua caracterização.
- Um dos requisitos para sua caraterização consiste na necessidade de que a injusta agressão seja atual e não apenas iminente.
- O uso moderado dos meios necessários para repelir uma agressão consiste em um dos requisitos para caracterização da legítima defesa, ainda que essa agressão seja justa.

QUESTÃO 04. Carlos e seu filho de dez anos caminhavam por uma rua com pouco movimento e bastante escura, já de madrugada, quando são surpreendidos com a vinda de um cão pitbull na direção deles. Quando o animal iniciou o ataque contra a criança, Carlos, que estava armado e tinha autorização para assim se encontrar, efetuou um disparo na direção do cão, que não foi atingido, ricocheteando a bala em uma pedra e acabando por atingir o dono do animal, Leandro, que chegava correndo em sua busca, pois

notou que ele fugira clandestinamente da casa. A vítima atingida veio a falecer, ficando constatado que Carlos não teria outro modo de agir para evitar o ataque do cão contra o seu filho, não sendo sua conduta tachada de descuidada. Diante desse quadro, assinale a opção CORRETA:

- a) Carlos atuou em legítima defesa de seu filho, devendo responder, porém, pela morte de Leandro.
- Carlos atuou em estado de necessidade defensivo, devendo responder, porém, pela morte de Leandro.
- Apesar do resultado diverso do pretendido, Carlos atuou em estado de necessidade e não deve responder pela morte de Leandro.
- Carlos atuou em estado de necessidade putativo, razão pela qual deve responder pela morte de Leandro, a título de culpa.
- Carlos atuou em estado de necessidade agressivo, assumindo o risco de atingir Leandro, razão pela qual deve responder pela morte de Leandro, a título de dolo eventual.

QUESTÃO 05. Enquanto assistia a um jogo de futebol em um bar, Francisco começou a provocar Raul, dizendo que seu clube, que perdia a partida, seria rebaixado. Inconformado com a provocação, Raul, que estava acompanhado de um cachorro de grande porte, atiça o animal a atacar Francisco, o que efetivamente acontece. Na tentativa de se defender, Francisco desfere uma facada no cachorro de Raul, que vem a falecer. Diante desses fatos, é CORRETO afirmar que Francisco:

- Não atuou sob o pálio de qualquer excludente de ilicitude, em razão de sua provocação anterior.
- Atuou escorado na excludente de ilicitude da legítima defesa própria.
- Praticou conduta atípica, pois a vida do animal não é protegida penalmente.
- Atuou escorado na excludente de ilicitude do estado de necessidade.
- Todas estão incorretas.

QUESTÃO 06. Mezenga, supondo que Berdinazzi iria matá-lo, ao vê-lo, após seguidas ameacas de morte, levar a mão ao bolso do paletó, onde costumava manter um revólver, desferiu contra ele um disparo de arma de fogo. Berdinazzi, que fora fazer as pazes com Mezenga, levando-lhe no bolso, um presente, ao ser recebido à tiros, revidou com um disparo. Nesse caso:

- a) Mezenga e Berdinazzi estavam ao abrigo da excludente de legítima defesa.
- Mezenza e Berdinazzi não agiram sob o pálio de qualquer excludente de ilicitude.
- Mezenza e Berdinazzi atuaram em legítima defesa
- Mezenga atuou em legítima defesa putativa e Berdinazzi em legítima defesa real.
- Somente Mezenga poderia ser absolvido, desde que invocasse a legítima defesa putativa.

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE - UNIVILLE



Curso de Direito Prof. Dr. Leandro Gornicki Nunes univille Direito Penal e Criminologia



QUESTÃO 07. Quanto às excludentes de antijuridicidade, analise as afirmativas a seguir.

- I Aquele que pratica o fato para salvar de perigo iminente, que não provocou por sua vontade, direito próprio, é considerado em estado de necessidade.
- II Aquele que tem o dever legal de enfrentar o perigo não pode alegar estado de necessidade, salvo quando for razoável exigir-se o sacrifício do direito ameaçado.
- III Segundo o STF, em caso de feminicídio, a tese da legítima defesa da honra é inconstitucional, por contrariar os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da proteção à vida e da igualdade de gênero.
- IV Age em legítima defesa o agente de segurança pública que, usando moderadamente dos meios necessários, repele agressão atual e injusta à vítima mantida refém durante a prática de crime.

Está CORRETO o que se afirma em:

- a١ l e ll
- b) III e IV
- c) I. II e IV
- II, III e IV d)
- I, II, III e IV

QUESTÃO 08. Assinale a alternativa CORRETA:

- Há excludente de ilicitude pelo estrito cumprimento de dever legal quando o policial atira em pessoa que tenta fugir da detenção em flagrante delito.
- Não age no exercício regular de direito, cometendo o crime de constrangimento ilegal, o patrão que obtém confissão extrajudicial de estar sendo furtado pelos seus empregados, fato verdadeiro, sob a ameaça de levar a ocorrência ao conhecimento da polícia.
- c) A excludente de ilicitude de legítima defesa não se aplica quando não há agressão injusta, atual ou iminente, e, o uso da força é desproporcional.
- Somente a vida ou a integridade física gozam de proteção da legítima defesa.
- Todas estão incorretas.

QUESTÃO 09. A respeito do consentimento do titular do bem jurídico, assinale a alternativa CORRETA:

- Segundo o STJ, o crime de estupro de vulnerável se configura com a conjunção carnal ou prática de ato libidinoso com menor de 14 anos, sendo irrelevante eventual consentimento da vítima para a prática do ato. sua experiência sexual anterior ou existência de relacionamento amoroso com o agente.
- O consentimento, ainda que afetado por coação, deve ser considerado válido.
- Somente é admissível o consentimento do ofendido quando for expresso.
- Em caso de doença incurável e terminal é permitida a morte do enfermo, mediante a sua solicitação expressa, desde que seja para aliviar o seu sofrimento.
- É lícita a compra e a venda de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano quando há consentimento válido e expresso do titular do bem jurídico.

QUESTÃO 10. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Atua em estrito cumprimento do dever legal o policial que desfere tiros de pistola, com intenção de matar, contra pessoa em fuga.
- b) A legítima defesa putativa não exclui a ilicitude, mas, apenas o dolo, e, eventualmente, a culpa, quando se tratar de erro de tipo permissivo inevitável ou invencível.
- Ainda que haja aberratio ictus na conduta de contraatacar a injusta agressão, sendo atingida pessoa diversa da pretendida, será cabível o reconhecimento da legítima defesa.
- Inexiste legítima defesa quando o injusto agressor estiver em estado de visível embriaguez completa e, assim, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- Não configura excesso punível a conduta do agente que, diante de ofensa verbal grave, revida mediante desforço físico praticando numerosas lesões corporais em quem lhe ofendeu.

GABARITO:

01.E	05.B
02.E	06.D
03.C	07.B
04.C	08.C
05.B	09.A
06.D	10.B